

HABITAT DESENRAIZADO E DESINTEGRADO

17

"As políticas de realojamento conduziram ao gueto? A casa nova, de que se reclamou incessantemente o direito adquirido, não é afinal a "sua" casa, mas aquela que uma sociedade sem rosto entrega em penhor de uma qualquer "culpa". Uma esmola que ao invés de colmatar a exclusão a confirma."⁽⁵⁾

⁽⁵⁾ Cândia, Fernanda *Os Bairros da felicidade impossível*, em Bairro Social - Estigma Marginal, Segunda-Feira, Julho 24, 2006, A-SUL, Blogue ambientalista da Margem Sul



As acções de realojamento têm como objectivo a atribuição de uma casa a pessoas que dela se vêem privadas; porém, têm que ir muito mais além fazendo, desta atribuição, apenas o começo planeado de uma acção que visa o reestruturar dos modos de vida e o melhorar da qualidade de vida das famílias realojadas.

O realojamento envolve uma mudança de espaço residencial, acompanhada pelo rompimento com uma certa forma de vivência e convivência quotidiana. Neste sentido, a mudança implica uma re-estruturação dos modos de vida dos indivíduos, famílias e grupos, que envolve uma adaptação, tanto mais lenta e conflituosa, quanto mais distintos forem o novo contexto e o meio de origem.

E este desafio começa por enraizar as acções em necessidades concretas e claramente identificadas para a maioria das populações. Há que auscultar as necessidades das populações, combater o seu desenraizamento, promover a sua auto-estima. Importa perceber que o realojamento é, muitas vezes, um processo de “urbanização à força”⁽⁶⁾, uma vez que gera a ruptura com um modo de vida e de apropriação do espaço “mais rural”⁽⁶⁾, frequente nos bairros degradados. Nestes últimos, a apropriação dos espaços interiores e exteriores faz-se de forma mais contínua e a utilização de uma barraca com pouco espaço obriga a um cruzamento de funções que a casa tradicional decompõe.

Perante a nova casa e as suas vantagens face à anterior subsistem, no entanto, saudades e elementos cuja perda se lamentam como, por exemplo, a perda de sociabilidades e do uso dos espaços secundários.

Os antigos cenários residenciais eram, predominantemente, caracterizados por um uso intenso e importante dos espaços imediatamente exteriores ao alojamento (espaços secundários). O facto do anterior alojamento ter dimensões muito reduzidas implicava

que a rua se transformasse no seu prolongamento, possibilitando uma abertura da vida doméstica à vida comunitária. Era no patamar da casa, imediatamente confinado com a rua, que se encontrava a vizinha com quem se quebrava a monotonia da tarde, onde se prolongava a vida doméstica constrangida por espaços vitais exíguos sem, no entanto, se ter a sensação de estar “fora de portas”.

Raramente se encontram, noutras estruturas residenciais e urbanísticas, sobretudo naquelas caracterizadas por construção em altura, estes espaços de sociabilidade e apropriação que caracterizam, globalmente, a vivência comunitária das famílias que residem na generalidade deste tipo de bairros de habitação precária. A isto acresce que, quanto mais inseguros e longos forem os espaços comuns, maior será essa tendência de solidão e isolamento.



> Construção em altura _ Bairro do Aleixo _ Porto

(6) Guerra, Isabel, *Reflexões em Torno do Alojamento: Como Produzir o Espaço é Produzir uma Sociedade*, em Cadernos do Noroeste, 1996

O que é possível observar é que a dimensão funcional de extensão do espaço doméstico deixa de ter tanto sentido em situação de realojamento destas famílias, no pressuposto de que as novas condições habitacionais suprimem as carências que a implicavam. Porém, a sua dimensão simbólica e de suporte de sociabilidade também se perde, sem que seja acompanhada por uma evidente perda das necessidades que as suportavam nos antigos cenários residenciais.

Estarão as famílias preparadas para este fechamento e encapsulamento, este encontro consigo próprias, que vai implicar uma reestruturação e uma outra consciencialização da sua identidade quer pessoal, quer social?

Estando o realojamento massificado em grandes empreendimentos de habitação colectiva, “prédios em altura”, uma forma demasiado simplista de arrumar habitantes de origens e culturas diferentes, normalmente na periferia das cidades, o que não só lhes dá maior visibilidade como também os maximiza por efeitos de “*socialização negativa*”⁽⁷⁾, segregados doutros tipos de habitação, a tendência não pode ser outra senão a constituição de guettos sociais e a rápida degradação física e vivencial dos novos bairros.

A França e a Itália conheceram essas situações nos anos 50/70; é célebre o caso de Sarcelles, nos arredores de Paris, tornado paradigma de situações e problemas sociais em bairros de realojamento. E, entre nós, são conhecidos, por exemplo, os problemas criados pelos bairros camarários do Porto (anos 60) e de Chelas, Lisboa.

A exagerada dimensão dos empreendimentos, a transplantação de populações com hábitos e necessidades que não se coadunam com o anonimato dos andares, aliados a carências económicas e a problemas sociais das famílias, foram as principais explicações dos múltiplos estudos e debates feitos sobre esses casos.

Em termos de escala do grupo residencial e de dimensão do edifício, são os números do custo de construção que “falam”, revelando as vantagens dos edifícios baixos (cerca de 4/5 pisos) e os altos custos de manutenção associados à previsão de elevadores e de condutas de lixo, para populações totalmente alheias a essas instalações, condições que se podem agravar fortemente, quando disponibilizem extensos espaços comuns encerrados e usados por dezenas de agregados familiares, pois este tipo de espaço exige quase um treino específico para neles se poder viver em harmonia, além de que se opõem às já referidas características, totalmente distintas das condições habitacionais exteriores de grande relação entre habitação e espaço público, que caracterizam muitas formas de alojamento precário.

O processo de realojamento implica, assim, uma aprendizagem de viver num novo espaço; espaço esse que pode ser fonte de conflitualidade, provocada por esse



> A desintegração urbana



> Conjunto residencial “Pantera Cor-de-rosa”, Bairro dos Lóios, Chelas

(7) Guerra, Isabel; “Um combate possível”, Jornal de Letras, publicado a 21-07-2005

desfasamento entre o habitus e o novo contexto assistindo-se, por vezes, a tentativas de transpor para o novo espaço habitacional as antigas formas de vida.

Isto verifica-se, fundamentalmente, por não existir a preocupação em se investigar, estudar e conhecer a população-alvo, por oposição a uma standardização dos grupos de indivíduos que vivem em condições precárias generalizando-se e, por vezes, ignorando-se as suas necessidades, desejos e aspirações. Ou seja, constrói-se uma casa que, por subordinação a uma série de decisões técnicas e políticas, não responde às reais necessidades dos indivíduos e, sobretudo, às suas aspirações. As respostas preconizadas por técnicos e políticos acabam por remeter para solicitações técnica e politicamente construídas, esquecendo-se de responder às solicitações efectuadas pelas populações (que ultrapassam a simples reclamação do direito constitucional a um alojamento, nas suas necessidades, aspirações e expectativas). Assim, a casa ou bairro que se constroem para as populações quase nunca é a casa ou o bairro de que essas populações necessitariam.

Esta situação não surpreende, na medida em que não se tem encontrado qualquer preocupação, no processo de decisão, em estabelecer uma relação entre a satisfação das exigências técnicas e materiais de qualidade dos projectos arquitectónicos e urbanísticos e as situações sociais inerentes aos modos de vida, ou seja, a satisfação das necessidades sociais e bem-estar das populações a que se destinam. Regista-se, pelo contrário, na planificação e elaboração dos projectos, uma subordinação das solicitações, necessidades e aspirações das populações, a um conjunto de soluções abstractas equacionadas pelos técnicos.

Esta subordinação deve-se, na maior parte das vezes, à ausência de estudos aprofundados destas populações e à mistificação das suas necessidades e aspirações. Constroem-se casas para pessoas abstractas ou, muitas vezes, casas para pessoas que, técnica ou politicamente, se postula que têm (ou deveriam ter) determinadas características.

O problema habitacional destas populações, nas suas múltiplas expressões, acaba assim por ser, muitas das vezes, descentrado do seu objecto de intervenção (as populações-alvo dessas acções).

O ignorar ou o não acompanhar de todas estas questões pode associar o realojamento a um simples processo de atribuição de fogos, não significando um aumento significativo de integração no espaço ou na vida urbana para os indivíduos inseridos nesse processo. Pelo contrário, esses indivíduos podem ver-se “integrados” em novas situações de segregação sócio-espacial, que vão perpetuando o seu isolamento social e urbano.



“A soma dos hábitos constitui a habitação. E a habitação é a função que propicia e decanta a Arquitectura. Como a visão na Pintura, a audição na Música, a leitura na Poesia ou o movimento na Dança, a habitação afina-se, magnifica-se e resplandece com a Arquitectura. Que é o esplendor da habitação. Diferente de outros hábitos, como os de ver ou ouvir, complexos mas concentrados num só dos sentidos, o hábito de habitar liga-se a todos eles. Na pluralidade das sensações, a Arquitectura assemelha-se ao Teatro. A habitação é assim o propósito principal da Arquitectura: a sua tese.”⁽⁸⁾

Joaquín Arnau

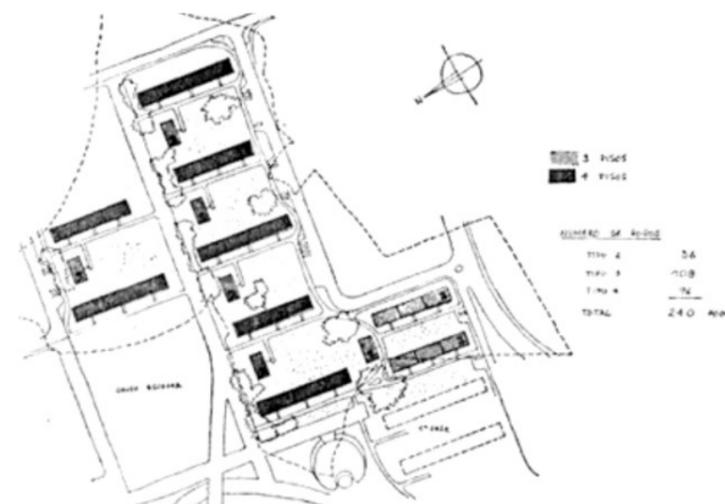
⁽⁸⁾ Coelho, António J. M. Baptista, *Habitar com qualidade e urbanidade*, em Revista Habitar Hoje, Novembro 2003



“Nas últimas dezenas de anos criou-se uma paisagem urbana incaracterística, incoerentemente suicidária a longo prazo, visual e culturalmente agressiva e desenraizada, incoerente e inumana e, finalmente, triste, muito triste, não só por formas, pormenores e tonalidades prenes de monotonia e de “cinzento”, mas também porque caracterizada por ambientes apenas latentes ou mesmo mortos.”⁽⁹⁾

É difícil fazer habitação social, mais difícil do que habitação corrente para o comprador “médio” com perfil relativamente conhecido. Existem hoje, em Portugal, bons e maus exemplos de habitação social, os primeiros a serem ignorados e os segundos seguidos.

Não é admissível continuarmos a pensar tudo de novo quando se desenvolve uma nova intervenção residencial, isto não devia ser possível quando tanto já foi feito em termos de habitação e urbanismo com interesse social, em Portugal - num período de cerca de 85 anos - e nos mais de 100 anos de habitação social na Europa. Para o futuro, em toda a habitação de interesse social, feita de raiz ou reabilitada, há que erradicar, total e definitivamente, os erros passados e, para tal, é útil aprender com o que de melhor se fez nos excelentes 23 anos de promoção habitacional do INH, nos 25 anos das HE-FCP (lembremos Alvalade de Faria da Costa, Lisboa, um caso de referência em termos de inovação bem fundamentada e, provavelmente, o único plano urbano português verdadeiramente integrado em termos físicos e sociais, e uma referência que é, ainda hoje, fundamental para todos que estudam o habitar), na escola do GTH, em Lisboa (lembremos Olivas Norte) e com o leque tipológico dos primeiros bairros sociais portugueses, do FFH e do SAAL (lembremos a Bouça de Siza Viera, recentemente acabada e reabilitada pela iniciativa cooperativa). Aprender com estes exemplos é entender a sua vivência própria e a sua importância urbana pois, hoje em dia, promover habitação de interesse social tem que significar proporcionar habitação



> Casas de Renda Económica, Bairro do Ramalde, Porto, Plano Geral [construído]

Fernando Távora [FERNANDEZ, Sérgio, Percurso, Arquitectura Portuguesa, Lisboa: Livros Cotovia, 1993]

“A primeira referência às propostas do movimento moderno no âmbito da habitação económica”, nas palavras do Arq. Francisco Barata.

⁽⁹⁾ Coelho, António J. M. Baptista, *É Preciso Integrar a “Habitação Social” na Continuidade Urbana*, em *Sociedade e Território*, nº20, Afrontamento, Porto, Abril 1994, p.71-78

com qualidade a quem não a tem e, simultaneamente, dar mais coesão, mais vida e mais qualidade arquitectónica aos sítios urbanos apurados para tais intervenções, (re) constituindo-se vizinhanças amigáveis e tipologicamente criativas e coerentes.

A história da habitação de interesse social é feita, naturalmente, de progressos e retrocessos e um dos objectivos deste trabalho é mostrar, claramente, a quem queira ver, que é possível fazer habitação com controlo geral de áreas e de custos, e com um positivo controlo da sua qualidade arquitectónica; e, mais do que isto, que é possível fazê-lo, sem quaisquer tipos de estigmas negativos em termos de imagem urbana, conteúdo funcional e solução tipológica; ver para crer...

Quando iniciei a elaboração deste trabalho, receei que se pudesse tornar em mais uma, das muitas críticas que se têm vindo a fazer relativamente ao tema e, desde logo, decidi que, nesta minha reflexão sobre habitação social, sem deixar de lado os maus exemplos, cuja repetitividade torna impossível que isso aconteça, iria realçar os bons exemplos, tentando tornar mais difícil poderem continuar a ser ignorados e desenvolverem-se retrocessos em termos de uma habitação de interesse social, que se deseja funcional e culturalmente qualificada.

Existem inúmeros maus exemplos de como a habitação com características sociais não se deve continuar a fazer: isolada, concentrada, fortemente estigmatizada por inúmeras características urbanas e arquitectónicas. Porém, ao percorrer o Bairro de Alvalade, em Lisboa, percebi que a habitação social que lá existiu um dia, hoje praticamente não se percebe, de tal modo foi apropriada pelos habitantes e integrada na cidade. Visitei, também, empreendimentos habitacionais de Cooperativas e Câmaras Municipais, onde a habitação social, sinónimo de falta de qualidade, já não existe.



> Construção de Casas de Renda Económica do Bairro de Alvalade [Arquivo Fotográfico da CML]



> Bairro do Telheiro, S. Mamede de Infesta, conjunto residencial de realojamento da Câmara Municipal de Matosinhos, projectado pelo Arq. Manuel Correia Fernandes, concretizou-se uma solução positivamente desenhada, desde o nível urbano ao do pormenor, e que integra escala humana e urbana, adequação a quem aí habita e revitalização da zona envolvente.

A habitação social só deveria ser considerada num contexto de zona urbana, nova ou de preenchimento, multisocial e multifuncional, assegurando continuidade e contiguidade com outras áreas urbanas vitalizadas e socialmente equilibradas, porque ninguém gosta da “esmola” habitacional bem patente num quase degredo residencial longe de tudo, com reduzidos equipamentos e sem continuidade urbana e, tantas vezes, bem marcadas por verdadeiros estigmas residenciais. E se ao “degredo” físico, num sítio longe de quase tudo, juntarmos a má qualidade arquitectónica e a excessiva concentração de pessoas economicamente desfavorecidas e constituindo uma mistura sociocultural, verdadeiramente artificial, porque pouco ou nada tem a ver com as misturas socioculturais que caracterizam a cidade consolidada então, a questão nem será a não obtenção da desejada integração social e consolidação de uma vida urbana viva e estimulante, mas antes a geração de problemas sociais e cívicos que poderão ter significativa gravidade.

É ridículo encontrarmos, por vezes, zonas de realojamento, bem como outras zonas urbanas periféricas, isoladas onde, sem se perceber porquê, se rasgam “avenidas” que vêm de lado nenhum e vão para nenhum lado. Com o pressuposto da futura expansão destas zonas? A cidade não se faz assim, através de ilhas habitadas por populações socialmente pouco diversificadas às quais, quando a cidade chega, já é tarde demais e há já um conjunto de hábitos de vida quotidiano adquiridos, que irão prejudicar muito ou inviabilizar uma adequada integração cívica.



A tendência social integradora só é possível ao nível urbano geral, de forma estratégica, disseminada e relativamente livre, considerando alguma escolha ponderada do habitat pelos interessados na habitação social e, finalmente, não estigmatizando as novas zonas a integrar na geral continuidade urbana.

Concretizando-se essa tendência integradora à escala temporal da cidade, a habitação social acabará por se diluir positivamente, na malha urbana, vitalizando-a, vitalizando-se e subindo de estatuto social (ex. zonas interiores do Bairro de Alvalade, em Lisboa).

Estudar a habitação de interesse social deve ser, sem dúvida, estudar a cidade e o modo como fazer cidade viva pois, como disse Manuel Correia Fernandes, “*o modo mais natural de fazer cidade é (fazê-la) com habitação*”⁽¹⁰⁾. E Correia Fernandes sublinha que “*cidade sem habitação não faz sentido*”⁽¹⁰⁾. E fazer cidade viva é saber construir no construído e fazer cidade socialmente integrada, recorrendo a aspectos que caracterizaram “*os verdadeiros sucessos neste domínio que constituíram os bairros*



> A integração na cidade
_ Bairro de Alvalade

⁽¹⁰⁾ Fernandes, Manuel Correia - *Anos 80 As Cooperativas de Habitação e o Desenho da Cidade, a Senhora da Hora em Matosinhos*, p.1

de Alvalade e dos Olivais em Lisboa; nestes casos, os programas de realojamento foram concretizados de uma forma integrada em áreas que foram objecto de outro tipo de promoção também da iniciativa do Estado e mesmo de promoção privada... e cooperativa... Porque é aqui que se joga o futuro das zonas urbanas das áreas metropolitanas: ou se fazem planos integradores dos diversos estratos da população, através de modos de promoção variados, ou irá acentuar-se a segregação social do espaço urbano com todas as consequências perversas que daí decorrem.”⁽¹¹⁾

A configuração geral e pormenorizada do habitat, a composição geral da mistura social e a sua composição pormenorizada, tanto ao nível da rua e do quarteirão, como dos tipos de grupos sociais em presença mútua (de rurais desenraizados a marginais convictos), são todas matérias a estudar nos êxitos e desastres hoje existentes em zonas de habitação de interesse social.

A qualidade do habitat exterior, designadamente nas grandes cidades, é alcançada pela aplicação, hoje tão urgente, de um conhecimento urbanístico temporalmente sedimentado, aprofundado e validado pela experiência, e a negação do uso de soluções incompletas, descontinuadas e desqualificadas. Quem decide e projecta habitação social tem que perceber que não basta fazer uma boa arquitectura, adequada aos seus “prováveis” futuros habitantes, é preciso fazer urbanismo e saber fazê-lo integrando variados espaços, imagens, funções e grupos sociais.



> Construção de Casas de Renda Económica do Bairro de Alvalade [Arquivo Fotográfico da CML]



> Casas de Renda Económica da FCP-HE, Olivais-Norte, plano do GTH, construídas e em construção até Agosto de 1966 [Casas de Renda Económica - Casas Construídas Através de Empréstimo, s.l.: HE-FCP, 1966]

(11) Nuno Teotónio Pereira - *Tempos, Lugares, Pessoas*, p.38

Um conjunto residencial deve ser um tecido vivo, socialmente diversificado, funcional, ambientalmente agradável e harmonizado, prático e económico na sua manutenção, adaptável a variações de usos, apropriável e positivamente qualificado por quem lá mora e, também, um tecido estrutural e visualmente caracterizado e caracterizador.

O mistério de fazer cidade passa por habitar, verdadeiramente, esses trechos de vida colectiva e obriga a uma arquitectura residencial urbana bem qualificada, dinamizadora do uso de espaços exteriores, sem zonas residuais e geradoras de vizinhanças de proximidade com condições naturais de convívio e segurança; transições agradáveis entre os espaços domésticos e os vastos espaços públicos urbanos, integrando tipologias edificadas directamente relacionadas com o exterior, com dimensões sociais e físicas equilibradas e com imagens públicas que suscitem a apropriação e a identidade. Esta afirmada criação de vizinhanças de proximidade é algo que deve ser bem adequado às características específicas dos diversos grupos de habitantes, o que só é possível com uma arquitectura muito bem qualificada e bem distinta das famigeradas e doentias repetições de edifícios e de soluções-tipo, soluções estas que não existem nas cidades vivas e verdadeiramente atraentes.

A integração social, jogando-se em boa parte no exterior residencial, deve apostar num “*consenso sobre o espaço comum em vez de ter grande preocupação sobre o consenso quanto ao edificado*”⁽¹²⁾, consenso este despertado por Nuno Portas e que pode seguir o sábio conselho de Keil do Amaral, que associa a qualidade arquitectónica a “*conjugações significativas de edifícios correntes com boa qualidade arquitectónica e bem agrupados ao longo das ruas, ou envolvendo praças, ou enquadrando monumentos, ou valorizando parques e jardins...*”⁽¹³⁾ e que deve, ainda, basear-se numa estruturação forte e coerente do exterior, porque “*Avenidas que não conduzem a nada e cuja grande largura não*



> Promoção da Cooperativa NHC, Nova Habitação Cooperativa, no Plano Integrado do Zambujal, Amadora; 68 fogos, 2003; projectista coordenador Arq. Carlos Carvalho



> Promoção da Câmara Municipal de Matosinhos; 376 fogos, em Guifões, Sendim, 1998; projectista coordenador Arq. Luís Miranda.

(12) Portas, Nuno, *Colóquio viver (r)ja Cidade*, Comunicações, p.9, LNEC, ISCTE

(13) Amaral, Francisco Keil do, *Lisboa uma Cidade em Transformação*, p.58

corresponde a nenhuma função são sempre desertos cheios de poeira” ⁽¹⁴⁾.

Não vale a pena pensar, isoladamente, em arranjos de espaços públicos e de edifícios; há que pensar integradamente nos dois, visando-se usos e aspectos urbanos verdadeiramente úteis em cada local, desde aspectos de atractividade e/ou acessibilidade e/ou de segurança. Porque a cidade nunca se fez de actos mais ou menos gratuitos ou bem intencionados de arranjos exteriores, mas sim, de troços urbanos bem ligados uns aos outros e aos núcleos citadinos próximos mais consolidados e vitalizados.

A intervenção a este nível deve, então, ser pensada no serviço fiel e total desses dois factores básicos do urbanismo hoje, infelizmente, pouco respeitados. O primeiro é a (re) constituição efectiva e afectiva das vizinhanças urbanas, mas de vizinhanças com alguma possibilidade de viabilidade, onde haja espaços razoavelmente confinados e úteis, onde haja verde urbano, criando-se um ambiente de vida completo, baseado na dinamização do uso desses espaços, evitando-se zonas sem funções definidas, habitualmente geradoras de conflitos assegurando-se, assim, o conforto da vizinhança habitacional e garantindo a redescoberta do espaço público como sitio privilegiado de (re) vitalização social. Este espaço público urbano deve ser um espaço habitado e, para tal, os espaços públicos residenciais devem constituir o ligante físico e social das edificações envolventes, articulando edifícios com espaços exteriores e edifícios com edifícios, em trechos de vida colectiva que dão coesão à cidade. O segundo destes factores é a ligação efectiva e afectiva com a cidade “mãe” e com a própria continuidade e vitalidade urbanas. Por melhor que seja a vizinhança criada, se não for vitalizada e bem enraizada na cidade viva, irá decair e morrer; porém, se uma vizinhança residencial e urbana for vitalizada pela cidade - por eixos urbanos dinâmicos e contíguos e por diversidade de transportes e acessos ao centro urbano - ela irá prosperar em termos

de condições de habitabilidade e de urbanidade e começará, ela própria, a participar activamente nessa mesma vitalidade urbana, passando a pertencer a uma cadeia de cidade consolidada, funcional e atraente.

Há que combater dois fantasmas negativos que sempre assombraram cada nova promoção de interesse social: a ideia de que este tipo de iniciativa tem de ter uma imagem global específica e, tantas vezes, negativamente discriminada; e a ideia de que a habitação de interesse social tem de se cingir a um leque tipológico reduzido e pouco imaginativo.

Considerando a grande variedade e qualidade das soluções de habitação apoiada que se conhecem na Europa é possível defender, tal como referem Giovanni Ottolini e Vera De Prizio, que *“a reduzida qualidade funcional e de desenho de muitos edifícios habitacionais não depende de razões de custo, mas de carências de projecto e de estereótipos de produção.”* ⁽¹⁵⁾

E cito Monique Eleb, quando esta refere que *“o alojamento de luxo não oferece hoje em dia um modelo de habitar e isto acontece há decénios”* e, tal como diz a autora, *“as diferenças entre habitações de luxo e sociais têm menos a ver com aspectos de estruturação e distribuição e mais com a localização, expressão das fachadas ou utilização de certos materiais.”* ⁽¹⁶⁾ - e eu diria que esta é uma frase-chave, apenas lhe junto a importância que tem o adequado desenvolvimento e equipamento do espaço exterior referido anteriormente.

A concepção de um projecto de arquitectura para habitação social não deverá ser menos ambicioso e estimulante do que qualquer outro. A contenção de custos que, em Portugal, este tipo de projecto obriga, não implica uma concepção menos cuidada.

⁽¹⁵⁾ Ottolini, Giovanni; Prizio, Vera de, *La casa attrezzata - qualità dell'abitare e rapporti di integrazione fra arredamento e architettura*, 1993

⁽¹⁶⁾ Eleb, Monique; Chatelet, Anne Marie, *Urbanité, sociabilité et intimité des logements d'aujourd'hui*, 1997, p.17

⁽¹⁴⁾ Groer, Etienne de, *Introdução ao Urbanismo*, p.61

Falo da necessidade recentrada numa habitação tipologicamente diversificada e amplamente qualificada, a tal que falta na cidade humanizada que, também hoje, nos falta, regenerada por vizinhanças vivas e que harmonize satisfação residencial com qualidade arquitectónica.

E nestas matérias de uma fundamentada adequação qualitativa e diversificação tipológica de soluções residenciais completas - que vão da casa à vizinhança urbana - salienta-se, na prática, o interesse da promoção cooperativa habitacional, estruturada por objectivos de participação dos habitantes, integração e gestão urbana; afinal, objectivos de grande actualidade, pois conduzem ao desenvolvimento de soluções habitacionais e cidadinas marcadas pela identidade, pelo potencial de apropriação e pela adaptabilidade, num caminho de substituição da produção repetitiva e massificada, por uma produção habitacional e urbana personalizada e caracterizada, uma perspectiva de desenvolvimento que se integra totalmente na perspectiva de desmassificação.

Há que pensar muito menos em tipos de edifícios e muito mais em tipos de habitações, acessibilidades, agregações de habitações personalizadas, serviços residenciais diversificados e vizinhanças “únicas”, criadoras de orgânicas partes de cidade, atraentes, conviviais, afectuosas e culturalmente fundamentadas, pois está a fazer-se a cidade de todos.

Chega de maltratar o habitar como um produto de consumo e deficientemente concebido, porque esquecido de boa parte das suas valências; de repetir cegamente projectos-tipo sem desenho e fazer dormitórios tristes, pois soltos da cidade. É tempo de fazer cidade viva com habitação bem desenhada e que ajude as pessoas a serem felizes e, em tudo isto, é urgente aplicar uma ampla política habitacional, que tenha em conta



> Um dos conjuntos destacados no Prémio INH, de 2006; uma promoção privada na Gala, Figueira da Foz, 81 fogos; projectistas Arq. Duarte Nuno Simões, Arq. Nuno Simões, Arq.^a Joana Barbosa e Eng. Pinto Martins



> Cooperativa Coobital, Alto de S. António, Faro, 1991, Arq. José Lopes da Costa e Arq. Pais. José Brito

a harmonização da necessária reabilitação urbana, numa perspectiva de revitalização citadina, e a evidente necessidade de construir ainda, muita habitação de interesse social, em que há que equilibrar os fundamentais objectivos de integração social e física (integração positiva e em pequenas intervenções), com os ainda necessários objectivos ligados ao grande número.

Debatemo-nos com uma carência muito elevada de novas habitações, às quais há que adicionar as que são necessárias a numerosas famílias que vivem em sobre-ocupação e é, também necessário, ter em conta um número, igualmente elevado, de habitações que precisam de obras urgentes.

É sempre fundamental, quando se apontam estes valores de carências habitacionais, que ainda persistem, sublinhar que uma urgente e aprofundada preocupação com o habitar, seja o habitar a habitação propriamente dita, ou a habitação das vizinhanças habitadas e amigáveis, seja o habitar (d)a cidade dos homens, é uma preocupação que tem de ser assumida como fundamental na mega-sociedade e na mega-cidade de hoje, senão perdemo-nos, perdendo-nos em identidade, perdendo-nos em cultura, perdendo-nos em humanidade e perdendo-nos na nossa fundamental dimensão cívica, tolerante e convivial.

E citando um belíssimo texto de Rafael Toriz, podemos dizer que *“foi erro nosso pensar a cidade como abstracções, conjugando um plural aberto com o qual se apontam imensidades: fizemos das megacidades labirintos e totalidades abissais - sem harmonia - para o objectivo/finalidade que as habita: o nosso corpo e a sua tão delimitada visão.”*⁽¹⁷⁾ Uma frase que nos remete para a importância que tem o aprofundar de uma ampla humanização do habitar e da cidade habitada, uma humanização com reflexos directos numa qualidade arquitectónica que seja qualidade cultural e qualidade sentida pelos seus habitantes.

⁽¹⁷⁾ Toriz, Rafael, Cartografias: *Las ciudades - el lenguaje - y la voz que las habita*, artigo editado no site “Antroposmoderno” (<http://www.antroposmoderno.com>)

